

iRadarPPP

MARÇO/2025

Desenvolvido por



Com objetivo de analisar as tendências do mercado de PPP e concessões, desenvolvemos um índice que retrata o **desempenho médio do mercado**, gerando percepções diárias sobre a evolução ou involução das expectativas sobre os projetos de concessão e PPP.

A lógica geral do iRadarPPP envolve a ponderação diária do estoque de investimentos estimados para a totalidade de iniciativas de PPP e concessões.



Obtemos os valores estimados de investimentos por meio de informação pública disponível.



À medida que novos contratos são firmados o estoque é elevado, enquanto que a execução dos contratos ao longo do tempo reduz o estoque, dado que os investimentos já incorreram.



À medida que as iniciativas em desenvolvimento se aproximam da assinatura contratual o montante dos investimentos estimados é ponderado para também se somar ao estoque total, alterando as expectativas para o mercado.



A depender de como as iniciativas de PPP e concessão se desenvolvem, o estoque de investimentos é impactado, acarretando variação positiva ou negativa do índice.

Apesar de Rodovias e Resíduos Sólidos apresentarem evolução, iRadarPPP retrai pela primeira vez em 2025

Radar PPP
11/04/2025

O iRadarPPP encerrou março de 2025 com a primeira retração do ano, registrando 177,550814 pontos, queda de 2,40%. A queda observada decorre, principalmente, de ajustes nas informações sobre investimentos estimados em projetos que à medida em que os estudos vão sendo detalhados e da paralisação, ainda que temporária, de estudos em projetos de grande porte, como na concessão ferroviária da Malha Sul. O estoque de investimentos estimados do pipeline atual é de R\$ 1,863 trilhão.

Outros projetos tiveram estimativa de investimentos retirada do estoque, em virtude da reclassificação do seu estágio, conforme nossa metodologia. Passam a ser consideradas iniciativas paralisadas, em virtude de silêncios governamentais prolongados em PMIs encerrados há mais de 6 meses, os projetos de eficiência energética pelo Copirn, no Rio Grande do Norte; da Usina de Dessalinização, no Espírito Santo; e o de redução de desmatamentos e pagamento por serviços ambientais em unidades de conservação, no Pará.

Apesar da retração registrada no índice, observou-se no mês de março o maior número de novas iniciativas lançadas em 2025 (40). O setor de Resíduos Sólidos se destacou com 12 projetos em fase de modelagem iniciada — dos quais 10 são conduzidos por consórcios públicos e 2 por municípios. Oito destes projetos foram iniciados no âmbito do Programa Integra Resíduos, uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para contribuir para a estruturação de projetos sustentáveis, visando ao atendimento às necessidades regionais e locais de manejo de resíduos sólidos urbanos no território paulista.

PRINCIPAIS MOVIMENTAÇÕES NO CURTO PRAZO

PERÍODO	INICIATIVAS NOVAS	CONSULTA PUBLICADA	LICITAÇÃO PUBLICADA	CONTRATOS ASSINADOS
JAN/25	21	9	19	15
FEV/25	29	9	26	10
MAR/25	40	7	17	6
Média 2025	30,0	8,3	20,6	10,3

Destaque ainda para surgimento de iniciativas em Educação (3), Saúde (3) e Meio Ambiente (3).



Foto disponível em: <https://www.consortioabc.sp.gov.br/noticia/5619/consorcio-abc-fara-parte-do-programa-integra-residuos/>.

No mês de março, também foram divulgadas 7 consultas públicas, sendo o setor de Água e Esgoto responsável por 3 delas. Destaque para o projeto que envolve 45 municípios da Microrregião de Águas e Esgotos de Rondônia, voltado para a concessão comum para prestação regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, estruturado pelo BNDES. O investimento estimado é de R\$ 4,93 bilhões ao longo de 35 anos.

Os outros projetos do setor que alcançaram a consulta pública são de Erechim (RS), cujo investimento estimado é de R\$ 1,04 bilhão ao longo de 30 anos, e de Maceió (AL), com uma PPP voltada para os serviços de manejo de águas pluviais urbanas, cujos investimentos estimados são de R\$ 2,23 bilhões, ao longo de 30 anos.

O mês também foi marcado pela publicação de 17 licitações, com o setor de Portos liderando em número de iniciativas: 4 projetos, sendo 3 de responsabilidade da União e 1 do Governo do Estado do Paraná. Entre os destaques, ainda merecem menção:



Lote 7 Ouro Preto – Mariana do sistema rodoviário em Minas Gerais (Via Liberdade): concessão patrocinada para exploração, ampliação e manutenção do sistema rodoviário de trecho de pouco mais de 187 km, entre os municípios de Nova Lima e Rio Casca. Investimentos estimados de R\$ 3,69 bilhões ao longo de 30 anos.



Rodovias BR-060 e BR-364 GO-MT (CN2 – Rota Agro): concessão comum para exploração do sistema rodoviário das rodovias BR-060/GO, no trecho entre Rio Verde/GO e Jataí/GO, e BR-364/GO/MT, no trecho entre Jataí/GO e Rondonópolis/MT, denominado Rota Agro. Investimentos estimados de R\$ 3,43 bilhões ao longo de 30 anos.



Sistema Integrado de Transporte Público da Região Metropolitana de Belém: concessão dos serviços do SIT/RMB, incluindo operação, manutenção e gestão da infraestrutura associada, como garagem e estações de recarga de ônibus elétricos, promovido pela Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Transporte do Estado do Pará (Artran). O investimento previsto é de R\$ 2,62 bilhões em 15 anos.

Ao todo, foram realizados 16 leilões no mês de março, com destaque para 4 lotes concessões rodoviárias mato-grossenses (vencidos por CS Infra, Monte Rodovias, VF Participações e Zopone/Constral); as Linhas 11, 12 e 13 da CPTM (vencido pelo Grupo Comporte); e a primeira concessão florestal para reflorestamento, da APA Triunfo do Xingu (PA), vencida pela Systemica, investida do BTG Pactual. A soma de apenas esses 3 projetos chega a R\$ 19 bilhões em investimentos estimados.



Foto Divulgação/Governo de SP. Disponível em: <https://mobilidade.estadao.com.br/mobilidade-para-que/linhas-11-12-e-13-da-cptm-entram-em-novo-modelo-de-concessao-nesta-sexta-feira-28/>

Entre os novos contratos assinados em março, destaque para a concessão do Trecho Nova Raposo, que prevê a implementação de 43 km de vias marginais entre São Paulo e Cotia, com investimentos estimados de R\$ 7,98 bilhões, sob gestão da EcoRodovias, assim como a Rota Verde, concessão do sistema rodoviário, cujo trecho abrange desde o contorno de Goiânia até Itumbiara, passando por Rio Verde, totalizando 452,7 km – investimentos previstos de R\$ 6,87 bilhões, sob gestão do Grupo Azevedo & Travassos.

Além das concessões rodoviárias, destaque ainda para a PPP para prestação dos serviços de manejo de resíduos e limpeza urbana em Rio do Sul, Santa Catarina, sob gestão de consórcio liderado pela Ambiental. Projeto prevê investimentos de R\$ 92,2 milhões ao longo de 30 anos.

Novo Projeto de Resíduos Sólidos pelo BNDES

Em 2022, o BNDES já havia iniciado a estruturação de projeto de concessão para os serviços de manejo de resíduos sólidos no Amapá, em atendimento a todos os 16 municípios do estado. Neste mês, o BNDES adicionou mais um projeto do setor à sua carteira, uma vez que assinou contrato de prestação de serviços para desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira com consultores especializados para estruturação de projeto similar em Goiás, cuja iniciativa pretende contemplar a prestação de serviços em todos os 246 municípios do estado.

O BNDES tem logrado êxito na estruturação de projetos de concessão para os serviços de saneamento envolvendo o abastecimento de água e o esgotamento sanitário – o mais recente leilão ocorreu em abril/25, em que a Aegea se saiu vencedora de 3 lotes propostos para o estado do Pará (um quarto lote não recebeu propostas). Para os projetos mais recentemente estruturados, o Banco adotou um modelo que parte da concessão pelo ente estadual, mas cujo atendimento contempla um conjunto de municípios territorialmente próximos ou em sua totalidade, que delegaram a competência pelos serviços à esfera estadual – com ou sem o envolvimento das companhias estaduais de saneamento.



Foto Divulgação/Governo de Goiás. Disponível em: <https://goias.gov.br/meioambiente/gestao-regionalizada-dos-residuos-em-goias-bndes-deve-apresentar-proposta-ate-marco-de-2026/>.

Dentre os modelos de estruturação de projetos de saneamento, aparentemente, este tem sido o de maior capacidade de prover solução que contemple o maior número de municípios em associação, tendo apresentado resultados, em termos de tempo de estruturação e de leilões com algum grau de competição, melhores do que as iniciativas promovidas em consórcio, por exemplo. A esta altura, é razoável supor que a figura do ente estadual defendendo os interesses municipais e coordenando o processo de desenvolvimento dos estudos de viabilidade com apoio do BNDES tem sido vista com bons olhos por investidores para o avanço dos projetos.

Neste sentido, espera-se que a estruturação de projetos de resíduos sólidos neste modelo também alcance bons resultados no curto prazo, incentivando o maior envolvimento dos entes estaduais no setor e em apoio às gestões municipais.

Contra a privatização da educação pública e a favor das PPPs



Guilherme Naves
Sócio Fundador da Radar PPP

Não é possível “*dissociar o espaço físico da atividade pedagógica*” e “*incorre-se em erro de compreensão sobre os múltiplos sentidos da pedagogia ao se sustentar alguma imaginária independência da estrutura física em relação ao projeto educacional*”. Foi esse o entendimento do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, ao decidir em ação movida pela APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), que pedia a declaração de nulidade da PPP das escolas públicas.

Eu preciso confessar minha absoluta falta de letramento em pedagogia, mas ousou dizer que o entendimento do juiz é muito razoável. A nossa divergência começa só quando ele usa esse argumento para decidir que o projeto da “PPP da Educação” compromete “*a efetividade do princípio constitucional de gestão democrática da educação pública*”.

Posteriormente a esse episódio, o Ministro Luis Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, proferiu decisão em favor da continuidade do projeto (SL 1805 MC / SP), mas nos parece ainda válido refletir sobre o mérito da decisão do juízo de primeiro grau e os riscos que decisões com esse nível de qualidade podem representar para o futuro dos projetos de infraestrutura social no país.

Tentando trazer isso para a realidade prática, o primeiro nível de jurisdição pareceu entender que o contrato de manutenção do ar-condicionado só pode ser feito pela Lei 14.133/21 (a lei que rege as compras públicas tradicionais), com processo administrativo instruído por servidor público. E também o contrato da troca de lâmpadas, o da aquisição de material de limpeza e o do mobiliário novo. Nessas situações, empresas privadas com fins lucrativos serão contratadas, prestarão o serviço, emitirão nota e receberão pagamento. Mas nesses casos - e neles somente, aparentemente - estará preservado o “*princípio da gestão democrática da educação*”.

Se um servidor público, escutando toda a comunidade como sempre o fez, reunindo-se com todos os comitês com os quais sempre se reuniu, tornasse-se o gestor de um contrato de longo prazo e, ao invés de conduzir materialmente os processos de compra e aquisição de equipamentos e serviços quaisquer, passasse a monitorar os resultados desse contrato que transfere tais obrigações ao particular, ficando o gestor público com o direito (e o dever) de reduzir a remuneração do contratante conforme indicadores de performance, neste caso, aparentemente, a gestão democrática da educação estaria comprometida.

Será que isso faz realmente sentido?

A “*PPP da educação*” não privatiza a educação. É compreensível se assustar com o nome e pensar que sim. Talvez fosse melhor começarmos a chamar esses contratos de “PPP de gestão de prédio público”, para que fiquem mais adequados ao que realmente se prestam a fazer. Mas o fato é que a iniciativa privada já faz parte do ambiente de prestação de serviços das instalações educacionais. A pergunta é: será que existe alguma forma mais eficiente, na perspectiva do gasto público, de

cultivar essa relação? O Supremo Tribunal Federal entende que essa reflexão é legítima e que cabe ao representante do poder executivo, inclusive, tentar respondê-la:

A diferença central da opção pela PPP reside na forma de contratação: em vez de múltiplos contratos fragmentados para cada tipo de serviço, o modelo permitiria uma gestão integrada e de longo prazo, centralizando a execução das atividades-meio em um único contrato. Sendo assim, **entendo que a escolha do modelo se insere no espaço de discricionariedade do administrador público (grifo nosso)**. Ademais, esta Suprema Corte já reconheceu a validade tanto da delegação de serviços públicos (ADPFs 492 e 493 e ADI 4986, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. em 23.09.2020) como da terceirização de atividades da administração pública (RE 958.252, Rel. Min. Luiz Fux, j. em 30.08.2018). (SL 1805 MC / SP, 19 de março de 2025, Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO)

Os contratos de PPP em instalações educativas que foram desenhados no Brasil, até a presente data, não incluem no escopo a lecionação, nem fornecimento de material didático e nenhum outro tipo de atividade desta natureza. O que esses contratos fazem é cuidar das tarefas não diretamente educacionais - os "soft services" ou serviços de área meio - inclusive liberando o diretor da escola para se preocupar menos com a manutenção do ar-condicionado e mais com o que ele faz melhor: cuidar da educação.



Foto: Bruno Escolastico/e.Fotografia/Estadão Conteúdo

De acordo com dados da *Infrastructure and Projects Authority*, agência responsável pelo programa de PPP do Reino Unido que recentemente passou por uma modernização institucional para se chamar *National Infrastructure and Service Transformation Authority* (NISTA), por lá já assinaram ao menos 218 contratos de PPP para diferentes tipos de instalações escolares. Se o Reino Unido parecer uma experiência muito distante para o leitor, há mais exemplos. Os nossos vizinhos uruguaios já assinaram três contratos que, na soma, superam 200 instalações. E há outros casos na Colômbia, na Austrália, na Grécia, na Índia, nas Filipinas, entre outros países. Países ricos e países emergentes já se atentaram há bastante tempo sobre a importância de melhorar a eficiência dos contratos administrativos para gerar maior qualidade no gasto público e encontraram nas PPPs um instrumento capaz de traduzir essa necessidade em resultado.

No Brasil, há um único contrato de PPP de educação em operação há tempo suficiente para observarmos os resultados, da Prefeitura de Belo Horizonte (há outros contratos assinados, inclusive em São Paulo, que ainda estão em fase pré-operacional). No caso de BH, são mais de 50 equipamentos de ensino infantil e fundamental, sendo o primeiro deles inaugurado há quase 12 anos. Os resultados são públicos: a obra fica pronta mais rápido, a manutenção é pré-contratada (se quebrar, conserta), os insumos não faltam e os equipamentos são limpos porque a remuneração do parceiro privado depende do nível de serviço periodicamente medido. Assim, os diretores das escolas são mais satisfeitos, assim como as famílias e toda a comunidade escolar. É um contrato que se tornou um verdadeiro orgulho para os munícipes. É só pesquisar, está tudo disponível.

E a onda dos contratos de PPP em equipamentos educacionais está apenas começando. Segundo dados da Radar PPP, de março de 2025, existiam 110 projetos em preparação. Em 2025, deve haver licitações pelo menos em Recife, Porto Alegre, Manaus e Caxias do Sul (além de projetos estaduais no Rio Grande do Sul e Paraná). E o Governo Federal, por meio da Caixa e do BNDES, já deu os primeiros passos para dezenas de projetos que devem sair em 2026 e 2027.

Muito se fala sobre a importância da capacitação dos quadros dos executivos, principalmente municipais e estaduais, para lidar com os desafios mais atuais relacionados à infraestrutura, muitas vezes introduzidos pelo uso de ferramentas mais modernas, como são as PPPs. Mas situações como essa servem para nos lembrar que há também no judiciário, e com certa frequência, lacuna de compreensão de questões fundamentais a respeito das PPPs, para que servem e quais os limites do instrumento. Principalmente na primeira instância.

Apesar de a Lei de PPPs ter feito 20 anos no ano passado, aguarda-se ansiosamente para discutir temas mais avançados da matéria, como se as PPPs estão realmente entregando eficiência incremental como prometem, ao invés de perder tempo com debates de menor qualidade que atrasam a disponibilidade ou a melhoria de determinado serviço público para o cidadão e afugentam o investimento privado.

As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade exclusiva do autor e não refletem, necessariamente, a posição institucional da Radar PPP. O conteúdo não deve ser interpretado como orientação oficial, parecer técnico ou posicionamento da empresa.

A **Radar PPP** ajuda sua empresa a desenvolver as capacidades e habilidades para interpretar o mercado nacional de infraestrutura, além de lhe oferecer informações que fazem a diferença. Acreditamos que o mercado brasileiro de investimento privado em infraestrutura pode gerar benefícios para empresas, órgãos do governo e sociedade. A chave é o acesso à informação qualificada. É a informação adequada e no momento certo que permitirá aos agentes tomar melhores decisões, gerando ganhos para todos os envolvidos.



o que fazemos



CONSULTORIA | A Radar PPP tem expertise para **atuar de forma estratégica em todas as etapas do ciclo de vida das PPPs**, com produtos e serviços que podem ser contratados de forma integrada ou caso a caso, de acordo com a necessidade dos clientes.

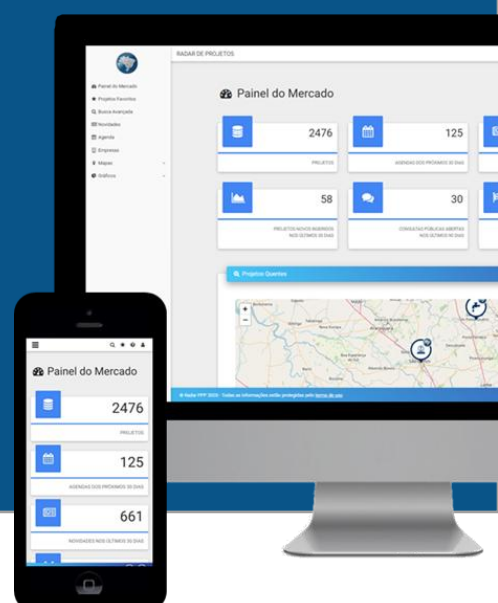


INFORMAÇÃO | A Radar PPP desenvolveu o mais qualificado sistema de informação sobre concessões e PPPs do Brasil (**Radar de Projetos**), com monitoramento diário de mais de 5.700 projetos mapeados.



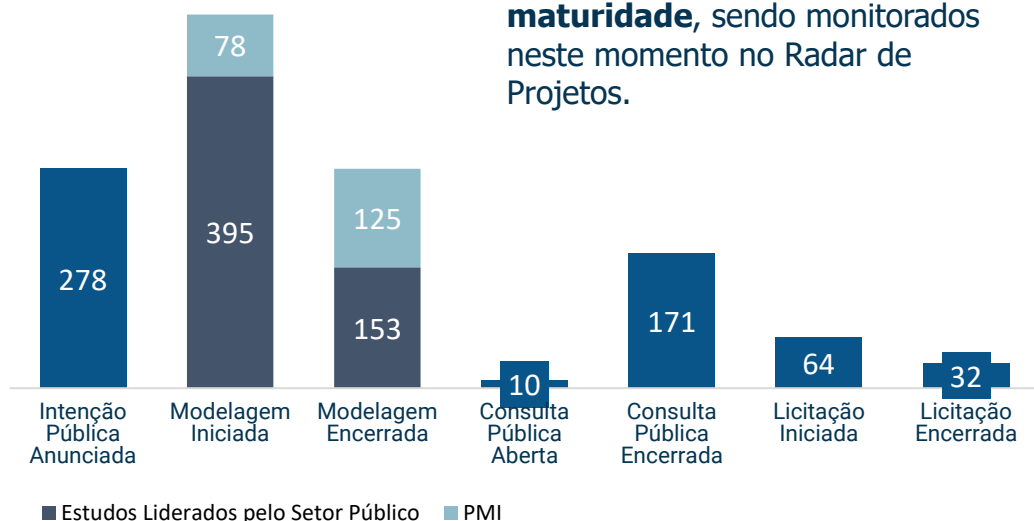
TREINAMENTOS | A Radar PPP presta serviços em parceria com centros de estudos nacionais e internacionais, além de treinamentos específicos para preparação da **certificação CP³P**, ou customizados de acordo com a necessidade dos clientes.

O foco estratégico na melhoria da eficiência do mercado brasileiro de PPPs e concessões inspirou a Radar PPP a **conceituar, desenvolver e atualizar o único banco de dados existente da experiência brasileira com o tema.**





- O Radar de Projetos, banco de dados da Radar PPP, possui atualmente **informações sobre mais de 5.700 projetos**, distribuídos em 19 segmentos, tendo mapeado, analisado e sistematizado todos os dados disponíveis, o que permite análises globais sobre tendências neste modelo de contratação e análise comparativa da experiência nacional.
- Existem **1.028 projetos ativos**, nos diversos estágios de maturidade, sendo monitorados neste momento no Radar de Projetos.



Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em radarppp.com, 03 de abril de 2025. A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

Projetos em Destaque

Parques Municipais (João Pessoa)
Meio Ambiente

Modelagem – Estudos Liderados pelo Setor Público Iniciados

Paraíba | João Pessoa

Resíduos Sólidos (Consórcio Intermunicipal Grande ABC)
Resíduos Sólidos

Modelagem – Estudos Liderados pelo Setor Público Iniciados

São Paulo | Cons. Intermunicipal Grande ABC

Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Pedro Leopoldo)
Água e Esgoto

Modelagem – PMI Iniciado

Minas Gerais | Pedro Leopoldo

Escolas do Futuro
Educação

Intenção Pública Anunciada

Tocantins

Desenvolvido por



O presente documento é um oferecimento de

Radar PPP

A Radar PPP foi fundada em 2014 com o propósito de preencher a necessidade identificada pelos seus fundadores de organizar a informação pública disponível sobre o mercado nacional de PPPs e concessões. E segue fazendo isso até hoje, juntamente com as atividades de produção de conhecimento, o desenvolvimento e implementação de cursos e a prestação de serviços especializados de consultoria para governos, empresas, organizações do terceiro setor e instituições multilaterais. Diariamente, renovamos a nossa crença de que o futuro da infraestrutura e o aprimoramento da qualidade no gasto público no país passam pelas PPPs e Concessões. E a Radar PPP tem orgulho de existir para fazer parte disso.



Agradecemos a todos os nossos clientes por contribuírem para que possamos manter nosso serviço de inteligência de mercado cada dia com mais robustez e qualidade.

O iRadarPPP é um oferecimento da Radar PPP, de parceiros e patrocinadores para servir como indicador para os milhares de profissionais, da iniciativa privada e do setor público, que atuam diariamente com projetos governamentais de longo prazo que contam com investimento privado, na modalidade de PPP e concessão. Trata-se de uma pequena amostra do potencial do banco de dados do Radar de Projetos.

É um dever coletivo que possamos, sempre, melhorar a qualidade da prática nacional com concessões e PPPs, contribuindo para que tenhamos iniciativas que valorizem ao máximo a qualidade no emprego de recursos públicos.

Críticas e comentários serão muito bem recebidos. Não hesite em entrar em contato conosco (info@radarppp.com). A Radar PPP sempre está aberta para interagir com quem respeita e precisa de dados e análises para tomar decisões de qualidade.

Para esclarecimentos sobre a metodologia do iRadarPPP, consulte <https://radarppp.com/informacao/iradarppp/>.